COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.593, DE 2017

Altera a Lei nº 1.909, de 21 de julho de 1953, que "Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais"; a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que "Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências"; e a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que "Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências", para exigir manifestação de apoio da comunidade local no caso de denominação ou de alteração do nome de bens, monumentos e logradouros públicos, aeroportos, aeródromos, estações terminais, obras-de-arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

Autor: Deputado GIUSEPPE VECCI

Relator: Deputado JEAN WYLLYS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO), pretende promover alterações em três leis de nosso ordenamento jurídico, que estabelecem regras para a denominação de bens públicos, a saber:

Lei nº 1.909, de 21 de julho de 1953, que "Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais";

Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que "Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências" e

Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que "Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências".

Seu objetivo é exigir que se tenha a manifestação de apoio da comunidade local no caso de denominação ou de alteração do nome de bens, monumentos e logradouros públicos, aeroportos, aeródromos, estações terminais, obras-de-arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

A referida proposição foi distribuída às Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 54 do Regimento Interno desta Casa.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto. Cabe-nos, agora, por designação da Presidência da CCULT, a elaboração do parecer, onde nos manifestaremos acerca do mérito cultural da proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Chega em boa hora a esta Comissão o presente projeto de lei que visa encampar na legislação vigente, que dispõe sobre a denominação de bens públicos, a exigência para que a comunidade local, onde está inserida esse bem, seja ouvida acerca das homenagens pretendidas em um determinado projeto de lei.

Em todas as reuniões da Comissão de Cultura as matérias concernentes à denominação de bens públicos se fazem presentes de forma bastante recorrente. Já é adotada por esta Comissão a *Súmula nº 01 de Recomendações aos Relatores* que sugere aos nobres Pares que os projetos de lei com o objetivo de atribuir denominação a pontes, viadutos, vias e trechos de vias, aeroportos e logradouros públicos federais sejam aprovados apenas quando *“instruídos com uma prova clara de concordância de Assembleia*

Legislativa ou Câmara Municipal". O objetivo da recomendação é assegurar o apoio da população local à iniciativa encetada.

Sabemos que a denominação de bens públicos em homenagem a determinados personagens e fatos históricos relevantes constitui, desde o século XIX, um importante mecanismo de fortalecimento do estado nacional. Não há país no mundo ocidental que não promova sua história e seu passado, atribuindo aos bens públicos nomes de heróis nacionais e efemérides, até mesmo de vultos e personalidades que se destacaram em um determinado setor. No entanto, é preciso estar atento para que essa prática não se banalize e que ela seja feita com a anuência e a participação da comunidade local na qual o bem público está localizado.

Concordamos plenamente com o autor da matéria, ao afirmar que: *"Longe de se constituir singela homenagem, os efeitos dessa denominação têm impacto na construção de identidades, no fortalecimento de ideologias e na construção de laços afetivos e atitudes socioculturais das pessoas em relação às cidades, à Região e ao País"*.

É com esse intuito que esse projeto de lei determina que proposições legislativas de denominação ou red denominação de bens públicos sejam objeto de projeto de lei, devendo estar acompanhado de moção de apoio do Poder Legislativo municipal ou estadual, dependendo da natureza do bem, como comprovação de anuência da população local à homenagem.

Com isso se garante que toda denominação de bem público aprovada pelo Legislativo esteja entrelaçada com a memória e as experiências locais e, principalmente, que seja apoiada pela comunidade que com ela conviverá em seu cotidiano. Face ao exposto, nosso voto é pela aprovação do PL nº 7.593, de 2017.

Sala da Comissão, em de outubro de 2017.

Deputado JEAN WYLLYS

Relator